

# A REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

## THE SUBJECT REPRESENTATION AND THE MEDIATION OF INFORMATION

**Noemi Oliveira Martinho** [gleanom@yahoo.com](mailto:gleanom@yahoo.com)  
Universidade Estadual Paulista

**Emanuel G. F. Guedes** [egfguedes@yahoo.com.br](mailto:egfguedes@yahoo.com.br)  
Universidade Estadual Paulista

### Resumo

O processo de representação temática da informação é muitas vezes considerado como um processo técnico sem maiores implicações sociais ou mesmo metodológicas. No entanto, seu papel é de fundamental importância para o contexto social dos sistemas de informação, tendo em vista, que somente é possível recuperar a informação, mediante sua organização e representação. Não obstante, percebe-se nesse processo de representação a prática inerente da mediação da informação. Embora, seja vista e entendida muitas vezes como uma ação desenvolvida apenas no processo de disseminação, nesse processo ela se configura de modo ainda mais evidente, já que é atribuído ao bibliotecário a responsabilidade social e profissional de atribuir os conceitos pelos quais a informação será armazenada e recuperada no sistema. Diante o exposto, discute-se a representação de assunto, enquanto ação mediadora, a partir da discussão em torno do conceito de assunto sob a ótica da Ciência da Informação.

### Palavras-chave

Representação da informação. Tratamento temático. Mediação da informação.

## INTRODUÇÃO

A organização da informação, com vista a sua recuperação, durante muito tempo na história das atividades documentais esteve em segundo plano. Desde o início, a preocupação humana se fundamentava com a conservação de sua produção intelectual. Os cuidados eram voltados ao armazenamento e preservação dos itens bibliográficos. A possibilidade de sua posterior localização física, mediante o registro básico de informações era possível através do uso de listas separadas de cada documento, que constituíam na verdade, simples inventários. Durante algum período, os acervos limitados e usados por um número restrito de pessoas eram razoavelmente simples de ser conhecidos e seus documentos eram facilmente localizáveis. Nesse contexto a mediação da informação embora presente desde os primórdios do fazer bibliotecário era quase desconhecida.

No entanto, o decorrer do desenvolvimento da sociedade, da tecnologia e da ciência, desencadeou a abertura de novas bibliotecas e o acesso a elas se tornou cada vez mais público e freqüente. Evidenciando desse modo o serviço de mediação da informação, algo que surge cada vez mais necessário em virtude da crescente produção de informação embora a literatura retrate que a ação da mediação esteja inserida apenas no processo da disseminação.

A partir desses fatos, surgiu a necessidade de aprimorar os meios existentes para mediar e tratar a informação, de modo que elas pudessem ser recuperadas rapidamente e com precisão, ao menor tempo e custo possíveis. Assim, foram criados vários mecanismos de identificação dos acervos e de representação temática da informação, com o propósito de organizar o conhecimento produzido pelo homem, já que é através da representação bem efetuada que se torna possível a socialização e o acesso aos patrimônios intelectuais.

A importância da representação fica ainda mais evidente em virtude do grande volume de estratégias de buscas realizadas pelos usuários serem baseadas nos assuntos desejados. E tendo em vista que a atribuição dos termos que irão representar esses assuntos no sistema de informação exerce um papel mediador da informação, acredita-se, em contraponto à literatura que a mediação se dá em todos os momentos e processos do trabalho bibliotecário.

Todavia não é propósito desse trabalho discutir todos os meios pelos quais ocorre

a mediação e sim, especificamente o processo de representação temática enquanto processo de mediação da informação por excelência.

## A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A atividade de representação temática da informação é uma das facetas do trabalho bibliotecário que embora nem sempre valorizada dessa forma, inclusive pelos próprios profissionais, possui uma das maiores cargas de responsabilidade mediatória e social, pois é através da leitura realizada pelo bibliotecário que se torna possível a identificação dos traços mais significativos e passíveis de representarem a informação, constituindo dessa maneira, um papel de mediação intrínseca. Essa leitura do bibliotecário, muitas vezes denominada como leitura técnica ou leitura documental não exclui o fato de que a leitura é “[...] um ato social porque compreende um processo de comunicação entre o autor e o leitor, intermediado pelo texto” (SILVA; FUJITA, 2004).

Mesmo assim, durante muito tempo, grosso modo, foi encarada como uma atividade meramente técnica sem maiores pressupostos teóricos, e relegada a um segundo plano. Ainda assim, sabe-se que a representação da informação deve se basear em uma correta interpretação por parte do bibliotecário acerca do material analisado, porque é a partir desse processo de análise que se criam os “códigos” que o representarão. Todavia, como podem esses códigos se apresentarem de fato como substitutos eficazes da informação sendo que como afirma Lucas (2000, p.18): “quem dá códigos esconde”? Essa afirmação de Lucas surgiu ao comentar o texto de Mário de Andrade intitulado “Biblioteconomia”, texto no qual a autora verificou “[...] uma visão estereotipada e idealizada do bibliotecário [...]”.

De qualquer forma, esse é um problema que mesmo relegado na prática profissional (para qual se deve considerar suas especificidades) não tem mais passado despercebido no campo teórico.

Conforme afirma Kobashi (1994, fl.26):

A abordagem teórica do complexo percurso que vai da análise de textos à sua representação, para fins documentários, é fato bastante recente, se considerarmos que a documentação, enquanto atividade prática, tem uma história que remonta ao segundo Milênio A.C.

Percebe-se assim, que o início de uma ampla sistematização do conhecimento e

das práticas da Biblioteconomia é bastante recente em termos históricos, e dessa forma é natural que após ocorrer em diferentes lugares do mundo sem uma convergência de conhecimentos, apenas de problemas fundamentais, ela tenha se desenvolvido de maneiras específicas em cada região.

Desse modo, verifica-se diferentes vertentes ao redor do mundo, que merecem ser apresentadas, ao menos de forma sucinta, conforme relatados por Fujita (2003) e Guimarães (2003).

Na Europa, a linha de Análise Documental<sup>1</sup> (*Analyse Documentaire - AD*) surgiu na França, tendo por principal nome Jean-Claude Gardin. Na França, esse processo se configura apenas mediante análise do conteúdo temático do documento, ou seja, a representação documental deve desconsiderar nesse momento os aspectos formais e físicos, e priorizar a informação contida na obra.

Por contraponto, na Espanha, essa concepção da Análise Documental é ampliada ao se entender que esse processo de representação deve englobar em conjunto a análise formal e a análise da tematicidade. Portanto, a visão espanhola, traça uma dicotomia na linha de análise documental, que deve abarcar tanto o conteúdo temático como os aspectos físicos e formais do material, ou seja, é considerada a representação documental no todo, como afirma Pinto-Molina (1993, p. 82) ao discutir as diferentes acepções de análise documental:

[...] o documento é a simbiose de dois componentes heterogêneos, mas indissociáveis (suporte-forma e mensagem-conteúdo); sua distinta valoração e/ou segregação são compreensíveis ao largo do desenvolvimento das distintas operações documentais, mas não no momento de construir uma teoria de AD.

Ainda na Europa, a Inglaterra apresenta a linha Indexação (*Indexing*) ou Indexação de Assuntos (*Subject Indexing*), corrente de pensamento mais pragmática, representada principalmente por Lancaster. Seguindo em alguns aspectos a linha britânica, mas com especificidades particulares, está a linha norte-americana conhecida por Catalogação de Assunto (*Subject Cataloguing*), cujo foco pragmático está voltado aos produtos documentários, tais como índices, catálogos, cabeçalhos de assunto, etc.

---

<sup>1</sup> Adotou-se neste trabalho a linha de pensamento de Guimarães, Moraes e Nascimento (2005, p.135), que utilizam “o uso da expressão análise documental ao invés de análise documentária devido ao fato de que a derivação dos adjetivos procedentes dos substantivos terminados em **-nto** (comportamento, monumento, departamento etc.) faz-se em nossa língua, mediante o sufixo **-al** (comportamento, monumental, departamental etc.)”.

Todas essas concepções de tratamento da informação se destinam à mediação da representação da informação, de modo a descrever o conteúdo temático dos documentos. Independente de suas bases teóricas e conceituais é preciso ressaltar uma congruência na técnica metodológica dessas concepções que são as três etapas indissociáveis pertencentes ao processo de representação de conteúdo: a) análise; b) síntese e c) representação (KOBASHI, 1994).

Tradicionalmente consolidados e difundidos pela área esses processos de mediação da representação temática, são denominados de: a) catalogação de assunto, b) indexação, c) classificação bibliográfica e d) elaboração de resumo. Sendo eles responsáveis pela descrição dos aspectos intrínsecos do documento, ou seja, são eles que traduzirão o conteúdo temático (linguagem natural) abordado no documento em linguagem documentária, mediante o uso de instrumentos documentais, tais como tesouros, índices, terminologias, listas de cabeçalhos, catálogos de assunto, tabelas de classificação, entre outros, de forma a torná-lo acessível ao público.

Apesar das diferenças conceituais, todas as vertentes estão ligadas por um problema comum: como encontrar e definir o assunto inerente a um documento, e a seguir como expressá-lo em sua forma mais adequada ao sistema de informação em que estiver inserido. Ou de outra forma, como encontrar a informação mais relevante de um documento que possa ser representada de modo a satisfazer as necessidades específicas de um público.

Esse ponto inquietante do processo tem sido objeto de estudos durante as últimas décadas, embora não se tenha ainda atingido metodologias ou propostas concretas e satisfatórias o suficiente para resolução do problema. Além disso, advém o fato de que a área ainda não chegou a um consenso em torno do que é o assunto, ou tema para a Ciência da Informação, dado as distintas nomenclaturas e abordagens ao problema.

## **O ASSUNTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A Ciência da Informação (CI), enquanto área em consolidação traz, em sua abrangência, termos e conceitos que necessitam ainda de maior investigação e respaldo quanto ao seu significado e utilização na área, tendo em vista não apenas definir o escopo de cada segmento investigativo em CI, mas também evitar possíveis

ambigüidades e imprecisões conceituais, que, sem dúvida, são prejudiciais a qualquer área, mas principalmente à CI, que se propõe dentre muitos objetivos, ao estudo documental/informacional, utilizando-se de outras disciplinas e campos científicos.

Desse modo, sabe-se que a CI parte de um problema base, que foi nomeado de diferentes formas, como: *análise de assunto*, *análise temática*, *identificação de conceitos*, integrada a um processo maior que recebeu também diferentes nomenclaturas: tratamento temático, indexação, catalogação de assunto, etc. Essas nomenclaturas apesar de abrangerem processos e objetivos similares, acabaram recebendo diferentes denominações de acordo com suas especificidades e com as linhas de pensamento em que foram originadas (GUIMARÃES, 2003; FUJITA, 2003), conforme já abordado anteriormente.

Nesse contexto, entende-se assim, a importância conceitual na área de CI, tendo em vista a necessidade de identificar corretamente as propostas e correntes de pensamento e investigação e definir com clareza quais são os problemas a serem enfrentados em âmbitos gerais e também específicos. Com base nessa necessidade julga-se pertinente abordar inicialmente o que significa o próprio termo “conceito”, que por sua vez, também carece de definições objetivas e precisas, tendo em vista seu largo uso e amplas abordagens, no tratamento temático da informação. Portanto, para Brugger em seu Dicionário de Filosofia (1962), conceito é a “forma mais simples do pensamento”, onde não há o juízo ou raciocínio sobre o objeto que representa, ou, “formulação duma idéia por palavras; definição” (FERREIRA, 2000, p.171).

Essas definições mostram a dificuldade representada pela idéia de se apreender um objeto, o que ele representa de forma a defini-lo de uma forma “conceitual”, que seja precisa e inequívoca, ou seja, por exemplo, o conceito de “Homem” que enquanto nos suscita uma determinada imagem, nos impede de abarcar todas as particularidades de uma determinada pessoa.

Dessa maneira, a utilização do termo conceito acaba sendo sempre muito vaga, pois pode ser utilizada com as mais variadas formas e finalidades. Também em outro Dicionário de Filosofia, Ferrater Mora (2000, p. 518) demonstra mais claramente a imprecisão do termo que:

[...] foi usado em acepções muito diversas, equiparando-se às vezes a ‘noção’, às vezes a ‘idéia’, às vezes a ‘pensamento’. Como cada um destes últimos termos foi empregado também em acepções muito diferentes,



nenhuma das equiparações mencionadas é de grande ajuda para se entender o significado ou o uso de 'conceito'. Frequentemente, usa-se conceito num sentido extremamente geral e bastante vago.

Dadas essas margens de interpretações a respeito do que é o conceito, seria correto tentar defini-lo em acordo com a área em que está empregado, abordando-o em torno da sua utilização? Entendendo como afirmativa a resposta a essa pergunta, busca-se então enquadrar o termo de forma mais próxima à nossa área, uma vez, que é em conceitos que são representados os assuntos contidos num documento, desse modo, verifica-se no Glossário de Análise Documentária (MENEZES, CUNHA, HEEMANN, 2004, p.20) as seguintes definições:

Representação simbólica de natureza verbal. Tem uma significação geral e corresponde a uma série de objetos concretos que tem propriedades comuns. Constitui uma imagem mental formada através de uma generalização na qual se fixam e refletem as propriedades, as características e as relações essenciais dos objetos e dos fenômenos da realidade objetiva.<sup>2</sup>

Qualquer unidade de pensamento. O conceito pode ter o seu conteúdo semântico reexpresso pela combinação de outros conceitos, que podem variar de uma língua ou de uma cultura para outra.<sup>3</sup>

Unidade de pensamento constituído por propriedades comuns a uma classe de objetos.<sup>4</sup>

Mediante isso, percebe-se que a definição conceitual dos termos pertencentes à Ciência da Informação, sejam termos concebidos na própria área ou termos adotados de outras disciplinas, contribuirá, como afirmado anteriormente, para a consolidação da área em suas bases teóricas, pois os conceitos “[...] são os materiais empregados na elaboração de modelos científicos que, por sua vez, permitem a observação, descrição e interpretação dos objetos teóricos e empíricos de um campo do conhecimento, assim como os fenômenos presentes, passados e futuros a eles relacionados”. (GALVÃO, 1998, p.46).

Destarte, um estudo de grande importância para a Ciência da Informação é a Teoria do Conceito da pesquisadora Ingetraut Dahlberg. A autora realiza uma análise do que é conceito, analisa as formações dos conceitos e quais são as características

<sup>2</sup> ANGULO MARCIAL, N. *Manual de tecnología y recursos de la información*. México: Instituto Politécnico Nacional, 1996.

<sup>3</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro, 1992.

necessárias para que um conceito seja constituído. A partir disso, discute, entre outras questões, o que são as diferentes espécies de conceitos, constituindo uma categorização formal que vem a ser importante na formação dos sistemas e suas combinações, muito utilizada pelas classificações facetadas (DAHLBERG, 1978, p. 104):

- A – Objetivos. Ex.: plantas, produtos, papel, etc.
- B – Fenômenos. Ex.: crescimento, chuva, tráfego, etc.
- C – Processos. Ex.: imprimir, sintetizar, etc.
- D – Propriedades. Ex.: cego/cegueira, suave/suavidade, etc.
- E – Relações. Ex.: causalidade, necessidade.
- F – Dimensão. Ex.: espaço, tempo, posição, etc.

Como visto, a definição do que é “conceito” já traz, em si mesma, grandes margens de discussão, o que não é diferente na Ciência da Informação e nem exclusividade dessa área.

Após essas abordagens do que seria o conceito em CI, busca-se o entendimento de um dos termos mais amplamente empregados nas ciências documentais: o termo “assunto” também tratado por “tema”, que por sua vez originam uma série de outras expressões, como “análise de assunto”, “análise temática”, “conteúdo temático”, “catalogação de assunto” entre outras.

Nesse âmbito, independente das nomenclaturas dessas atividades enquanto processos ou de suas definições conceituais, a área de Ciência da Informação (ainda mais se considerarmos sua origem na Biblioteconomia) está condicionada ao objetivo final de fornecer à sociedade a informação correta e necessária. Assim sendo, de acordo com Hutchins (1977) o ponto nuclear da área é a definição “do que trata o documento”, ou seja, é a partir do enquadramento do documento em um determinado âmbito temático específico que ele se tornará passível de ser encontrado por um usuário em acordo com a sua busca.

Para tanto, é necessário que as ferramentas de representação e recuperação documental através das quais os usuários realizarão sua busca possam ser capazes de convergir em três seguintes pontos de vista: a) **qual o assunto** do documento para o seu autor? b) **qual o assunto** identificado pelo profissional no momento da leitura para a representação? c) **qual o assunto** desejado pelo pesquisador/usuário em sua busca por informações específicas?

---

<sup>4</sup> INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. *ISO 1087: Principles de terminologie*. Génève, 1987.



Ou seja, deve haver uma harmonia entre o conteúdo e a sua representação, o que quer dizer, entre o objetivo do autor e o objetivo do usuário final, sem perder de vista que entre os dois, o canal de acesso será o profissional da informação, responsável pela *harmonia* almejada. Dessa forma, cabe a esse profissional a responsabilidade em ser o catalisador que vai permitir esse encontro entre o que é produzido de um lado e o que é necessário do outro. Este processo de “[...] extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como “análise de assunto” para alguns, análise temática para outros e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo” (NAVES, 1996, p. 216).

Entende-se por análise de assunto o processo por meio do qual o classificador, indexador ou catalogador identifica e determina de que assuntos trata um documento e quais desses assuntos devem ser representados nos produtos – catálogos, índices etc. – por cuja manutenção ou criação o profissional é responsável. Trata-se de uma das mais importantes tarefas do profissional da informação (UNISIST..., 1980)<sup>5</sup>. (DIAS, NAVES, MOURA, 2001, p.206).

Para Dias (2004) representar o termo assunto significa representar toda a gama de termos, tais como o tema, tópico, atinência e conceito presentes em um documento.

Ademais, algumas definições de assunto encontradas na literatura entendem este termo de forma bastante ampla como a “matéria ou objeto do que se trata” (FERREIRA, 2000, p.69), ou “qualquer um dos tópicos ou temas de um trabalho, explicitamente declarados no título ou texto ou implícito em sua mensagem” (REITZ, 2004, p. 690) ou também “uma unidade conceitual encontrada em, ou derivada de, manuscrito ou material literário publicado” (HARROD’s..., 1989, p. 619).

Vale ressaltar, que o propósito de definir conceitualmente o que é o assunto, para o pesquisador Hjørland (2007) se baseia na questão de “como uma compreensão teórica do termo *assunto* pode ser útil na decisão de princípios para a análise de assunto?”, a partir do que entende-se que o problema principal não está simplesmente na definição do termo.

Esse ponto de vista coincide com o de Todd (1992), quando afirma que, nesse campo, há uma considerável confusão terminológica, citando autores como Cutter (define assunto como tema ou tópico, podendo ou não estar no título), Kaiser (esclarece assuntos como “coisas em geral”, reais ou imaginárias, e as condições para designá-la, e que são chamadas

---

<sup>5</sup> UNISIST guide to standards for information handling. Paris: Unesco, 1980.

concretos e processos), Ranganathan (fala sobre o pensamento contido no documento), Coates (identifica assunto como a abstração da idéia global personificada no assunto contido numa unidade literária dada), e Vickery (fala em tema no qual livros, parte de livros, artigos ou parte de artigos são escritos). Todd acrescenta que na literatura mais recente aparece o uso do termo *aboutness* (atendência) como sinônimo do termo *subject* (assunto) de um documento. (TODD, 1992 *apud* NAVES, 1996, p. 217).

Tendo em vista, como afirma Dias (2004, p. 149) que “[...] quando alguns autores usam a expressão determinar *de que trata* um documento, estão evitando, propositadamente, o uso da palavra assunto nesse contexto. Isso não é sem razão. Muitos autores consideram o termo assunto inapropriado, para dizer o mínimo”.

A partir dessa concepção, Hjørland (2007), apresenta um rápido histórico a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, começando pela discussão da concepção de Cutter, que para Hjørland, é provavelmente melhor que muitas definições que dominaram o século XX, incluindo a definição proposta pela norma internacional ISO<sup>6</sup>. Para Cutter, a definição de assunto depende de um processo social no qual seu significado é estabilizado. Hjørland discute também a definição de Ranganathan (1967), que foi, até onde se sabe, o pesquisador que mais cedo ofereceu uma definição explícita do conceito de assunto, na qual enfatiza que o assunto é na verdade a combinação de idéias estruturadas que fazem sentido em um campo específico. Metcalfe (1959 *apud* Hjørland, 2007) é bastante enfático ao criticar esta concepção de Ranganathan chamando-a de “pseudo-ciência” e apontando como influenciada pelo sistema de classificação criado por ele mesmo (*Colon Classification*). Hjørland por outro lado considera inaceitável que Ranganathan tenha direcionado esta definição com intenção de favorecer seu próprio sistema.

Outra discussão em torno da busca de definição de assunto é trazida por Lancaster (2003, p. 13), ao reconhecer que:

Nas considerações anteriores não se fez qualquer tentativa para definir a expressão ‘de que trata um documento’: a expressão ‘de que trata’ era simplesmente um sinônimo para ‘tem por assunto’. Ou seja, usou-se ‘de que trata um documento’ para designar o mesmo que ‘os assuntos de um documento’. Estas expressões talvez não sejam muito precisas e não é fácil definir ‘trata de’ e ‘tem por assunto’. Apesar disso, são expressões que soam aceitáveis para a maioria das pessoas, sendo por elas

---

<sup>6</sup> "Subject: Anything whatsoever, regardless of whether it exists or has any other specific characteristics, about which anything whatsoever may be asserted by any means whatsoever." ISO 13250-1, retirado de: <http://www1.y12.doe.gov/capabilities/sgml/sc34/document/0446.htm#overview>

compreendidas. Não pretendo partir para uma discussão filosófica de 'trata de' ou 'atendência'. Vários autores já o fizeram. E nem assim conseguiram esclarecer a situação, pelo menos no que tange à atividade de indexação de assuntos.

Lancaster prossegue apresentando sucintamente autores (alguns dos quais utilizados também no presente trabalho) que abordaram essa questão. Nos chama a atenção em particular a afirmação presente na citação acima em que o autor afirma que apesar da imprecisão das expressões, soam aceitáveis e são compreendidas pela maioria das pessoas, pois a partir daí julgamos pertinente recordar que em relação às atividades documentais, essa preocupação com uma definição do assunto é bastante recente, ou seja, as atividades documentais foram realizadas por décadas sem que houvesse por parte dos profissionais e pesquisadores alguma inquietação em relação ao problema.

A despeito disso, as atividades foram realizadas e buscou-se o aprimoramento das ferramentas e recursos disponibilizados, o que reflete a afirmação de Hutchins (1977, f.01):

Há uma atitude certamente muito comum entre os cientistas da informação, que nós não precisamos saber como os indexadores chegaram a uma descrição particular do conteúdo de um documento, tudo que importa é se permite aos usuários encontrar o documento quando requerido.

Tendo em vista, que o tipo de busca mais utilizado pelos usuários dos sistemas de recuperação da informação é a busca por assunto. (TAYLOR, 1995).

Desafortunadamente como prossegue o pesquisador, isto não tem resolvido questões básicas da área (HUTCHINS, 1977, f.01): "nós poderíamos estar certamente felizes com esta visão, se não estivéssemos todos dolorosamente conscientes da inadequação (*de alguns*) resumos e índices produzidos atualmente" (*grifo nosso*).

A partir daí levanta-se outra questão: essa inadequação dos resumos e índices produzidos atualmente tem haver com a ausência de maior clareza em relação ao processo de definição do que deve ser considerado o assunto, ou seja, a falta de clareza conceitual e metodológica em torno do núcleo problemático da Ciência da Informação e mais especificamente a análise de assunto, seja realizada pela catalogação de assunto, pela indexação ou pela análise documental? Como ressalta Fujita (2003, p.78, grifo nosso):

A tematicidade é pertinente à análise de assunto porque estamos tratando

de seu *objetivo principal* que é a identificação do assunto ou tema mediante análise conceitual composta de identificação e seleção de conceitos. Podemos dizer que o assunto ou tematicidade do documento é o *cerne principal e mais carente* de esclarecimentos dentro dos estudos em análise documentária.

O termo acima utilizado “tematicidade”, também utilizado como “atênência”, reflete por sua vez, uma nova tentativa de aproximação à uma definição: são termos traduzidos do inglês *aboutness*, que para Medeiros (1986) em seu estudo sobre terminologia, deve ser representado, em português, por “temacidade” (substantivo derivado do adjetivo “temático”).

Por conseguinte, o destacado trabalho de Beghtol (1986) aborda diferentes conceituações realizadas por pesquisadores presentes no colóquio realizado pelo *Coordinate Indexing Group* (CIG) em 1977, no qual puderam expor suas observações sobre o que seria o assunto ou o “*aboutness*” de uma obra textual. Sendo que Van Dijk enquadra enquanto “tarefa de importância normal” para o assunto do autor e “tarefa de importância diferencial” para o assunto atribuído pelo leitor.

Por sua vez, para Boyce existe a Topicalidade (*aboutness*) e o Informativo (significado) e por fim, Fairthorne que entende esta situação como a existência de um *aboutness* Extensional (o assunto natural ao documento) e o *aboutness* Intencional, ou seja, o assunto que venha a ser atribuído.

Hjørland (2007), no entanto, oferece uma visão mais crítica sobre a idéia de “*aboutness*”. Para o autor, esta abordagem não passa de uma tentativa de escapar à dificuldade existente em relação ao conceito de “assunto” já existente.

Ademais, vale ressaltar os três diferentes pontos de vistas delimitados por Albrechtsen (1993 *apud* NAVES, 1996, p. 218) sobre a análise de assunto, que envolvem as concepções:

Concepção simplista – considera os assuntos como entidades simplistas absolutas, que podem derivar de uma abstração lingüística do documento ou de dados que podem ser somados. Lida com a informação explícita que é extraída do documento.

Concepção orientada para o conteúdo – envolve uma interpretação adicional do conteúdo, que vai além dos limites da estrutura léxica e gramatical, como o estabelecimento de assuntos que não estão explicitamente colocados no texto, mas que são facilmente identificados pelo indexador; envolve, portanto, uma abstração mais indireta do documento.

Concepção orientada pela demanda – considera o assunto uma perspectiva de transferência do conhecimento. Segundo essa concepção, os documentos são criados e deveriam ser tratados como instrumentos para transmissão de informações às pessoas interessadas. Ao analisar um documento, o indexador não deve se limitar a representar ou resumir apenas a informação explícita no documento; mais do que isso, deve perguntar-se: como eu poderia tornar esse conteúdo, ou parte dele, visível para o usuário potencial? Que termos deveria utilizar para levar esse conhecimento até o leitor interessado?

Independente dessas concepções, o processo de análise de assunto tem por objetivo identificar o assunto apresentado pelo autor em linguagem natural, traduzindo-o para linguagem documental, permitindo desse modo, que seja feita a representação do assunto através de conceitos e não de termos. A esse respeito Foskett (1973, p.40) comenta que na:

[...] *representação* de termos, dependemos das palavras empregadas por cada autor a fim de obter as descrições de assuntos de que precisamos, na expectativa de que quando tentarmos localizar as informações possamos harmonizar os diferentes termos usados por diferentes autores. Na *representação* de conceitos, procuramos estabelecer uma descrição-modelo para cada conceito e usar essa descrição sempre que for conveniente, tenha ela sido ou não utilizada pelo próprio autor. (grifo nosso).

Percebe-se que é mediante a identificação do assunto de um documento, que se torna possível a sua representação em forma de conceitos, que serão utilizados pelo usuário durante a busca por informação, norteando desse modo todo o processo de recuperação da informação. Portanto, a análise de assunto, dado a sua importância está presente em todas as atividades de tratamento temático, independentemente do processo adotado, como o momento inicial do trabalho documental, pois é a partir dela que se torna possível a execução dos procedimentos seguintes de identificação, tradução e representação da informação.

## **A MEDIAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO**

O termo mediação em sua etimologia latina “*mediatone*” significa intervenção, intercessão, intermédio. Aplicado a informação, pode traduzir-se em intermediação do ciclo informacional inserindo-se em todo fazer e agir bibliotecário. No entanto, tradicionalmente observa-se que a mediação nesse ciclo é apresentada pela literatura



como atividade subsidiária dos serviços biblioteconômicos, realizada apenas durante o processo de disseminação da informação ou no serviço de referência.

Todavia, percebe-se que o processo de mediação da informação não se limita apenas a uma etapa auxiliar ou de mera ponte, ela atua como motor gerador e norteador de todo o fazer do bibliotecário, ou seja, ela está presente em todas as fases e atividades do ciclo informacional, caracterizando-o como um conjunto único de ações e práticas informacionais para sociedade, cujo propósito configura-se na sociabilização da informação para o desenvolvimento do cidadão.

Dentro dessa proposta acredita-se que a mediação da informação passa a ser entendida, segundo propõe Almeida Junior (2008a , p. 46), como:

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – , direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Nota-se, que nesse processo de mediação que ocorre nas relações do bibliotecário, com o usuário, meio e informação perpassa todas as atividades desse profissional, que pode ser dicotomizado em duas vertentes: mediação explícita e implícita (ALMEIDA JUNIOR, 2008b), ambas assumindo um elevado grau de interferência intrínseca, antepondo-se a idéia de neutralidade, imparcialidade e passividade por parte do bibliotecário no seu agir profissional.

Na concepção do autor a vertente explícita, se desenvolve nas atividades - dita como fins, tal como a disseminação, que visam auxiliar o usuário na busca, acesso e recuperação da informação. Já a implícita realiza-se nas atividades meio de seleção, aquisição, organização, armazenamento e representação da informação, atividades essas essenciais e norteadoras da mediação explícita.

Nesse cenário, acredita-se que a representação de assunto assume papel nuclear no processo de mediação de informação, pois qualquer que seja o papel de uma biblioteca, sua essência se baseia na organização e representação para o uso pela sociedade, ou seja, a biblioteca atua basicamente (sem menosprezar nem desqualificar a necessidade de preservação) para disponibilizar seus recursos documentais para o uso, de modo, que as informações contidas nesses documentos sejam recuperadas e acessadas no menor tempo e custo com o mínimo de esforço pelos usuários, atuando como mediadora entre indivíduos e as suas necessidades informacionais.



Desse modo, desdobra-se o seu propósito em não apenas organizar o conhecimento registrado, mas sim de torná-lo acessível - de disseminá-lo a toda e qualquer comunidade, permitindo a coletivização do conhecimento, que até então era restrito a pequenos grupos sociais. Diante disso, o papel social da Biblioteconomia torna-se ainda mais visível e abrangente, e amplia-se também sua responsabilidade social, incluindo o incentivo à produção de conhecimento e a democratização do acesso à informação, educação e cultura para desenvolvimento da sociedade.

É nesse momento de socialização da informação que o bibliotecário se qualifica socialmente responsável pelo acesso ou não dos indivíduos aos recursos documentários. Uma vez, que mediante a boa ou má aplicação dos processos de representação ele pode permitir, restringir, interferir, manipular ou negligenciar a recuperação dos documentos por ele representado, ou seja, a representação espelha-se diretamente na recuperação pelo usuário.

Assim, a representação temática da informação pressupõe como conceito a ação em atribuir e caracterizar o assunto de um documento que se apresenta em linguagem natural em conceitos descritores (palavras ou expressões em linguagem documentária), com intuito de facilitar a busca e recuperação da informação, ou seja, basicamente a representação consiste na “[...] captação do conteúdo informativo do documento e na tradução desse conteúdo numa linguagem que sirva de intermédio entre o usuário e o documento”. (CAMPOS, 1987, p.69).

Nesse processo, observa-se, a ação direta da mediação, mais especificamente de interferência por parte do bibliotecário, pois cabe a ele designar e atribuir os conceitos e formas pelas quais a informação será recuperada, embora auxiliado pelo uso de instrumentos, que por sua vez, também apresentam interferência indireta, por parte de seus idealizadores, que muitas vezes refletem ideologias, censura, valores, épocas ou grupos sociais específicos.

Vale ressaltar que esses processos de representação temática da informação durante algum tempo foram destacados pela literatura como a arte ou fruto de um talento especial de caracterizar determinado tema de informação presente no documento (CAMPOS, 1987; GUIMARÃES, 2003; MEY, 1987). E “[...] até recentemente, os métodos desta análise foram considerados como operações empíricas de bom senso, pelas quais se atribuía a um texto/documento qualquer, uma ou várias palavras-chave, destinadas a

facilitar a recuperação do documento” (CUNHA, 1990, p.59). Evidenciando uma ampla diversidade de critérios, de origem aleatória e subjetiva, sem parâmetros, que conferissem cientificidade e clareza dos procedimentos utilizados durante a análise e representação (GUIMARÃES, 2003). Esses processos envolvem e possuem um elevado grau de complexidade, pois fatores como a subjetividade, tendenciosidade, parcialidade – momento que o profissional interpõe seus próprios valores, preconceitos e idéias, interferem diretamente na representação da informação.

A este respeito Olson (2002) teorizou que o bibliotecário no momento de identificar o conteúdo do documento, o representando sobre forma de assunto, assume uma posição de poder, nomeando ou rotulando (*labeling*) os documentos. Isso infere, que os índices, cabeçalhos e catálogos de assuntos construídos e elaborados por este profissional, não são instrumentos neutros, ou seja, eles refletem valores inerentes do profissional que os elaborou.

Sob esse aspecto, percebe-se que a mediação na representação não é neutra, é um ato planejado e intencional e deve ser compreendida com o propósito de interferência, sem que esse processo de mediar se transforme em manipulação, embora seja muito tênue a linha que as separa. Contudo, cabe ao bibliotecário ter consciência da existência dessa tenuidade e buscar o equilíbrio entre elas, tendo em vista, que isso, não significa eliminação, mas sim amenização dos riscos e conseqüências que ela pode causar nesse processo de representação da informação (ALMEIDA JUNIOR, 2008a).

Por isso, se faz necessário compreender melhor o papel da representação da informação, aceitar e tratá-lo enquanto ação mediadora para a organização do conhecimento, que representa sem dúvida, uma necessidade vital e social em termos de qualidade na prestação desses serviços para sociedade.

## DISCUSSÃO

O processo mediador de representação da informação incide questões como os danos implícitos ao se estruturar e atribuir uma linguagem documentária, quando, se estabelece os cabeçalhos de assunto, pelos quais a informação será representada e recuperada, bem como os instrumentos utilizados para recuperá-la, tais como os índices e os tesouros. Essa função mediadora, se não for respaldada em ações e procedimentos

éticos, pode prejudicar os direitos individuais do usuário, dificultando seu acesso, e conseqüentemente inutilizar o sistema, por absoluta falta de credibilidade e de identificação com os critérios adotados na representação da informação.

Beghtol (2002, p.507), afirma que “representar e organizar o conhecimento não são processos simples”, ainda mais quando se trata de mediar e promover o acesso global e local à informação em qualquer idioma, para qualquer indivíduo, para qualquer língua, cultura, grupo étnico, em qualquer local, hora e para diferentes propósitos.

Não obstante, o bibliotecário deve estar consciente desse fazer mediador, ter consciência de que ele atua como agente mediatário no seu fazer e agir profissional, cuja participação direta ou indireta no contexto social e informacional, infere a ação de mediar como agente de mudanças no indivíduo e na sociedade.

À medida que a informação caracteriza-se como um importante elemento, já é mediante o uso e o acesso a ela, que a sociedade em si se desenvolve. Por isso, o agir mediador ético do profissional da informação se transforma em algo essencial, pois transcende a dimensão do saber e do fazer para alcançar a dimensão do “bem atuar”. Tendo em vista que essa atuação do bibliotecário é essencialmente social, se constituindo numa profissão de mediação e prestação de serviços à sociedade que é produtora e consumidora dessa informação.

## REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. *The indexer*, London, v. 18, n. 4, p. 219-224. oct. 1993.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (org). *Gestão da informação e do conhecimento*. São Paulo: Polis, 2008a.

\_\_\_\_\_. A mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo, *Anais...* São Paulo: Ancib, 2008b.

BEGHTOL, C. A. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, London, v. 58 n.5, p. 507-532, 2002.

\_\_\_\_\_. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis,

intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of Documentation*, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, jun. 1986.

BRUGGER, W. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Antonio pinto de Carvalho. São Paulo: Herder, 1962.

CAMPOS, A. T. A indexação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 15, n.1, p. 69-72, jan./jun. 1987.

CUNHA, I. M. R. F. *Do mito à análise documentária*. São Paulo: EDUSP, 1990. (Teses; v. 11).

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, p. 101-07, 1978.

DIAS, E. W. ; NAVES, M. M. L. ; MOURA, M. A. O usuário-pesquisador e a análise de assunto. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 205-221, 2001.

DIAS, E. W. Análise de assunto: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.9 n.2, p. 146-157, jul./dez. 2004.

FERRATER MORA, J. *Dicionário de Filosofia*: tomo I (A-D). Tradução Maria Stela Gonçalves. et al. São Paulo: Loyola, 2000.

FERREIRA, A.B.H. *Mini Aurélio século XXI*: o minidicionário da Língua Portuguesa. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.

FUJITA, M. S. L. *A análise documentária no tratamento da informação*: as operações e os aspectos conceituais interdisciplinares. Marília: Departamento de Ciência da Informação, 2003.

GALVÃO, M.C.B. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.27, n.1, p. 46-52, jan/abr.1998.

GUIMARÃES, J.A.C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGURS, G. M.; LOPES, I. L. (Org.) *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. (Estudos avançados em Ciência da Informação; 2)

MORAES, J. B. E. de; NASCIMENTO, L. M. B. do. A diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo de documentos técnicos. In: VALENTIM, M. L. P. (org.) *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005. (Coleção Palavra-chave; 16).

HARROD'S Librarian's Glossary of terms used in librarianship, Documentation and the Book Crafts and Reference Book. 6<sup>th</sup> edition, Aldershot: Gower, 1989, p. 281.

HJØRLAND, B. *Subject*. Disponível em: <<http://www.db.dk/bh/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

HUTCHINS, John W. *On the problem of 'aboutness' in document analysis*. Journal Of Informatics, East Anglia, v. 1, n. 1, p.17-35, 1977. Disponível em: <[http://www.scils.rutgers.edu/~muresan/551\\_IR/Resources/Docs/jinfHutchins1977.pdf](http://www.scils.rutgers.edu/~muresan/551_IR/Resources/Docs/jinfHutchins1977.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2007.

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LANCASTER, F.W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília : Briquet de Lemos, 2003.

LUCAS, C. R. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

MEDEIROS, M. B. B. Terminologias brasileiras em ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 135-142, jul./ dez. 1986.

MENEZES, E. M.; CUNHA, M. V. da; HEEMANN, V. M. *Glossário de análise documentária*. Londrina: ABECIN, 2004. (Teoria e crítica, 01).

MEY, E.S.A. *Catálogo e descrição bibliográfica: contribuições a uma teoria*. Brasília : Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987. 201p.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996.

OLSON, H. A. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer, 2002.

PINTO MOLINA, M. *Análisis documental: fundamentos y procedimientos*. 2. ed. rev. ampl. Madrid: Eudema Universidad; Manueles, 1993.

REITZ, J. M. *Dictionary for library and Information Science*. London: Libraries, 2004.

SILVA, M. dos R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

TAYLOR, A.G. On the subject of subjects. *The Journal of Academic Librarianship*, v. 21, n. 6, p. 484-491, nov. 1995.

TODD, R. T. Academic indexing: what's it all about? *The indexer*. London, v. 18, n. 2, p. 101-104, out. 1992.

---

### **Title**

The subject representation and the mediation of information.

### **Abstract**

The process of thematic representation of information is sometimes considered like a technical process without social or metodological implications. However, your role have a fundamental importance to the social and informational contexts, considering that is possible to retrieve the information, only with your organization and representation. Nevertheless, there's in this process the inherent practice of mediation of the information. Though, it is seen and understood very often like an action developed only on the process of dissemination, in this process it shows up in way still more obvious, since it is attributed to a librarian the social and professional responsibility of attributing the concepts by which the information will be stored and recovered in the system. Before the exposed one, the representation of subject is discussed, while action mediator, from the discussion around the concept of subject under the optics of the Information Science.

### **Keywords**

Representation of information. Thematic treatment. Mediation

---